

Raios de São Francisco
VI Energias Renováveis
SA

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Verbo Divino, 1400, Conjunto Térreo ao 801 - Parte,
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo - SP
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.

Luis Correia – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Chamamos a atenção para o fato de que não examinamos o balanço patrimonial da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, ou de quaisquer notas explicativas relacionadas e, conseqüentemente, não expressamos uma opinião sobre eles.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as [práticas contábeis adotadas no Brasil] e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

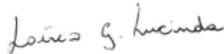
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 05 de maio de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-014428/O-6



Laércio Gésio Lucinda
Contador CRC 1SP241847/O-9

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023
(Em milhares de Reais)

		31/12/2023
	Nota	(não auditado)
Ativo circulante	31/12/2024	
Caixa e equivalentes de caixa	5	611
Impostos a recuperar		2
Pagamentos antecipados	6	94
Outras contas a receber de partes relacionadas	7	769
Total do ativo circulante		1.476
Ativo não circulante		
Imobilizado	8	630
Direito de uso - Arrendamento	9	4
Total do ativo não circulante		634
Total do ativo		2.110
Passivo circulante		
Fornecedores e outras contas pagar	10	2
Outros tributos a recolher		2
Arrendamentos a pagar	9	2
Outras contas a pagar com partes relacionadas	7	110
Total do passivo circulante		116
Patrimônio líquido	12	
Capital Social		2.348
(-) Prejuízos acumulados		(354)
Total do patrimônio líquido		674
Total do passivo e patrimônio líquido		696

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2024	31/12/2023 (não auditada)
Receita operacional líquida		-	-
Custos		-	-
Lucro bruto		-	-
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(188)	(113)
Resultado operacional antes do resultado financeiro líquido		(188)	(113)
Receitas financeiras	14	4	4
Despesas financeiras	14	(1)	(1)
Resultado financeiro líquido		3	(1)
Resultado antes dos impostos		(185)	(110)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente		-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		-	-
Prejuízo líquido do exercício		(185)	(110)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Demonstrações de resultado abrangente

Exercícios findos em findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2024</u>	<u>31/12/2023 (não auditado)</u>
Prejuízo do exercício	(185)	(110)
Resultado Abrangente Total	<u>(185)</u>	<u>(110)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA
 Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Capital Social	(-) Capital a integralizar	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de dezembro de 2023 (não auditado)		343	-	-	(59)	285
Aumento de capital		15.000	-	-	-	15.000
Capital a integralizar		-	(14.500)	-	-	(14.500)
Prejuízo do exercício		-	-	-	(110)	(110)
		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (não auditado)		15.343	(14.500)	-	(169)	675
		-	-	-	-	-
Integralização de capital social		-	1.505	-	-	1.505
Prejuízo do exercício		-	-	-	(185)	(185)
		-	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		15.343	(12.996)	-	(354)	1.994

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA
Demonstrações dos fluxos de caixa
do período findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Nota	31/12/2024	31/12/2023(não auditado)
Resultado do Exercício		(185)	(110)
Ajustes para reconciliar o Resultado do exercício com o caixa			
Amortização do direito de uso – Arrendamento	9.1	<u>1</u>	<u>-</u>
Resultado do exercício Ajustado		(184)	(110)
(Aumento)/Redução nos Ativos Operacionais			
Impostos a recuperar		(1)	(1)
Outras contas a receber com partes relacionadas		(605)	(164)
Fornecedores e outras contas a pagar		(16)	18
Outros tributos a recolher		1	-
Outras contas a pagar com partes relacionadas		110	-
Pagamento antecipados		<u>(53)</u>	<u>14</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(749)	(243)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	8.1	<u>(225)</u>	<u>(318)</u>
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(225)	(318)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aporte de capital de acionistas	12.1	<u>1.505</u>	<u>500</u>
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		1.505	500
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa líquido		<u>531</u>	<u>(61)</u>
No início do exercício	5	80	141
No fim do exercício	5	<u>611</u>	<u>80</u>
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período		<u><u>531</u></u>	<u><u>(61)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras .

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA. A “Companhia” é uma empresa constituída, em 08 de novembro de 2021, na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil. A Companhia está localizada na Fazenda São Bernardo, s/n – Anexo Gleba 6 – Zona Rural – Luis Correia – PI.

A Companhia tem por objeto social a construção, instalação, operação, manutenção e comercialização de energia gerada pela Usina Solar Fotovoltaica.

1.1 Projeto de geração de energia solar

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A., possui autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para exploração de energia solar, que lhes foi outorgada em 22 de março de 2022:

Projeto Fotovoltaico	Resolução	Data da autorização	Prazo	Capacidade de Energia Instalada (MW médios)
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	629/2022	22/03/2022	35 anos	30,0

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui o seguinte contrato de venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MWm)	Preço Contratado (MW/h)	Índice reajuste	Prazo	Mês de reajuste
Raios de São Francisco VI Energias Renováveis S.A.	Contrato de Comercialização de energia no ambiente regulado – CCEAR por quantidade	6,600	166,32	IPCA	01/01/2026 a 31/12/2040	Janeiro

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações, e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram autorizadas pela Diretoria em 05 de maio de 2025.

2.2. Moeda Funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Base de mensuração

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico amortizado, com exceção dos ativos financeiros não derivativos que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.4. Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

i. Estimativas

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 11 - Direito de uso e arrendamento: principais premissas utilizadas na aplicação da taxa de desconto do valor presente dos contratos de direito de uso e arrendamentos.

Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

2.5. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações estão descritas a seguir. O Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente durante o período abrangido pelas presentes demonstrações financeiras .

2.6. Moeda estrangeira

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.7. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem disponível em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras e são classificados como ativos financeiros ao custo amortizado, sendo apresentados no balanço patrimonial ao custo amortizado, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalentes de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente se qualifica como equivalentes de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

menos, a contar da data da aquisição.

2.8. Partes relacionadas

Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

O Companhia possui transações de conta corrente com outras empresas do Companhia que correspondem à compra dos principais componentes utilizados na construção das usinas fotovoltaicas.

2.9. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando houver.

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii. Baixas

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando não se espera nenhum benefício econômico futuro do seu uso ou venda. Eventuais ganhos ou perdas na venda do ativo (calculados como a diferença entre o valor líquido de venda e o valor contábil do ativo) são reconhecidos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

iii. Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado limitada ao prazo de autorização de 35 anos vide nota 1.1.

O Companhia considera as estimativas de vida útil determinadas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE) para fins de determinação da depreciação dos seus ativos de geração de energia fotovoltaica, por entender que essas taxas representam a vida útil dos ativos para o setor de energia elétrica.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

O Companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2024, despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

2.10. Redução ao valor recuperável (impairment)

a. Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais;
- Reestruturação de um valor devido ao Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade de que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

b. Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou UGC (unidade geradora de caixa) é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor Companhia de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou Companhia de ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente, o Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são alocadas para a redução do valor contábil dos ativos da UGC (ou Companhia de UGCs) que originaram a perda, de forma pro rata.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, a companhia concluiu que não há indicativo de redução ao valor recuperável para os ativos não financeiros

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

3.13. Provisões

Provisões são reconhecidas quando o Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.14. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando o Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidá-la.

3.15. Arrendamentos

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca da contraprestação.

Como arrendatário

A companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Companhia. Geralmente, o Companhia usa sua taxa incremental sobre financiamento como taxa de desconto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

A companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média **de 8,20% a.a.**

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurados quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa.

Quando o passivo de arrendamento é remensurados dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

Instrumentos financeiros

a. Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que o Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros ao custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que o Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b. Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que o Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Desreconhecimento

O Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. O Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 14.

a. Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2024 a companhia não celebrou contratos de instrumentos financeiros derivativos.

3.16. Imposto de renda e contribuição social correntes

Em 2023 e 2024 o imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro real.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculado com base nas alíquotas anuais de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

4. Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2024. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto. O Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Companhia:

Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02/IAS 21);
Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023(não auditado)
Caixas e bancos	-	-
Aplicações financeiras	611	80
	611	80

As aplicações financeiras são de renda fixa, mantidas com instituições financeiras, e podem ser resgatadas a qualquer tempo, de acordo com as necessidades de capital de giro da Companhia. Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a aplicações automáticas indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação, onde tiveram um rendimento percentual de

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2024, em 2023 aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósito Bancário (CDB), indexadas a uma taxa de mercado com base em uma variação, onde tiveram um rendimento percentual de 92% a 95% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI)

6. Pagamentos antecipados

	2024	2023(não auditado)
Seguros	94	41
	-	-
	94	41

7. Outras contas a receber e a pagar com partes relacionadas

	2024	2023(não auditado)
Ativo		
Raios de Bom Princípio Holding	150	-
Raios de Bom Princípio Usina Geradora	65	-
Raios de São Francisco Holding	250	-
Raios de São Francisco V Energias	204	164
Gameleira 2 Energias Renováveis	30	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A	30	-
Morada do Sol V Energias Renováveis S.A	30	-
Morada do Sol VI Energias Renováveis S.A	10	-
	769	164

	2024	2023(não auditado)
Passivo		
Gameleira 2 Energias Renováveis	30	-
Morada do Sol IV Energias Renováveis S.A	30	-
Morada do Sol V Energias Renováveis	30	-
Morada do Sol VI Energias Renováveis	10	-
Raios de São Francisco V Energias	10	-
	110	-

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Referem-se a operações de conta corrente entre as empresas do Companhia.

7.1. Pessoal – chave da Administração

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. A remuneração da Administração do Companhia é paga pela Canadian Solar desenvolvimento de Usinas Solares LTDA.

8. Imobilizado

	<u>2024</u>	<u>2023(não auditado)</u>
Imobilizado em andamento	630	405
Total	630	405

O Imobilizado em andamento refere-se a valores incorridos para construção do parque fotovoltaico. As construções estão sendo realizadas nas Raios de São Francisco V Energias Renováveis S.A., localizadas no município de Luís Correia, Estado do Piauí.

A companhia não reconheceu em 31 de dezembro de 2024 despesas de depreciação, tendo em vista que se encontra em fase pré-operacional e o ativo está em andamento, ou seja, não se encontra nas condições pretendidas pela companhia.

A companhia avaliou que até 31 de dezembro de 2024 não existiam indicativos de perda de valor recuperável de seu imobilizado em andamento.

8.1. Movimentação do Imobilizado

	<u>Central Solar</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro 2022(não auditado)	-	-
Adições	405	405

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Saldo em 31 de dezembro 2023(não auditado)	<u>405</u>	<u>405</u>
Adições	225	225
Saldo em 31 de dezembro 2024	<u>630</u>	<u>630</u>

9. Direito de uso arrendamento

Os contratos de arrendamento são relacionados a aluguéis de terrenos, substancialmente, ao contrato de arrendamento de terra relativo ao parque fotovoltaico da Companhia, com vigência até 2024. A Companhia reconhece o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para os contratos de arrendamento mercantil. Adicionalmente, reconhece um custo de amortização dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento. A taxa de desconto utilizada é de 8,44% a.a.

Ativo	<u>2024</u>
Direito de Uso	4
	<u>4</u>

Passivo	<u>2024</u>
Arrendamentos a pagar	2
	<u>2</u>

Ativo	<u>2023(não auditado)</u>
Direito de Uso	5
	<u>5</u>

Passivo	<u>2023(não auditado)</u>
Arrendamentos a pagar	2
	<u>2</u>

9.1. Movimentação ativo de direito de uso

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

**Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

	Valor líquido 2023	Amortização	Valor Líquido 2024
Direito de uso			
Arrendamento de terras	5	(1)	4
Total direito de uso	<u>5</u>	<u>(1)</u>	<u>4</u>

2023 (não auditado)

	Valor líquido 2022	Amortização	Valor Líquido 2023
Direito de uso			
Arrendamento de terras	5	-	5
Total direito de uso	<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>

9.2. Movimentação do passivo de arrendamento

	Valor líquido em 2023 (não auditado)	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 2024
Passivo de arrendamento				
Arrendamento de terras	2	-	-	2
	<u>2</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2</u>
Circulante	2			2
Não circulante	-			-
Total	<u>2</u>			<u>2</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor líquido em 2022	Pagamentos	Atualização financeira	Valor líquido em 2023 (não auditado)
Passivo de arrendamento				
Arrendamento de terras	2	-	-	2
	4	-	(2)	2
Circulante	2			2
Não circulante	-			-
Total	2			2

10. Fornecedores

	2024	2023(não auditado)
Materiais e serviços (a)	2	18
Total	2	18

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024, o capital subscrito e integralizado está representado por 2.348 (R\$ 843 em 31 de dezembro de 2023) subscritas e integralizadas totalizando, todas nominativas e com valor nominal de R\$ 1,00, conforme demonstrado a seguir:

	2024		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian	2.348	2.348	100%
	2.348	2.348	100%

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2023 (não auditada)		
	Quantidade de ações em milhares	R\$ mil	% do capital social
Canadian	843	843	100%
	843	843	100%

Em 31 de dezembro de 2024 o Capital Social estava composto conforme segue:

	Data do aporte	Detalhes do aporte	Quantidade de ações	Valor
Saldo final em 2023 (Não auditado)			843	843
	31/01/2024	Aporte de Capital	75	75
	04/03/2024	Aporte de Capital	200	200
	01/07/2024	Aporte de Capital	450	450
	25/07/2024	Aporte de Capital	380	380
	01/11/2024	Aporte de Capital	400	400
Saldo final em 2024			2.348	2.348

13. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023 (não auditado)
Serviços de terceiros (*)	(180)	(113)
Outros	(8)	-
	(188)	(113)

(*) Referem-se a despesa com prestação de serviços de consultoria, propaganda e marketing e despesas com cartório.

14. Resultado financeiro líquido

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2024</u>	<u>2023(não auditado)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	4	4
	4	4
Despesas financeiras		
Despesas bancárias	(1)	(1)
	(1)	(1)
	3	3

15.1. Gerenciamento de riscos financeiros

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco do Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

a. Risco de mercado

Risco de taxas de juros: decorre da possibilidade de o Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Administração entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo, e assim justifica a não demonstração da análise de extrapolação deste risco.

b. Risco cambial

A Companhia não está exposta a risco cambial de operações estrangeiras decorrente de diferenças entre as moedas nas quais as compras são denominadas, e as respectivas moedas funcionais das entidades do Companhia.

Análise de sensibilidade das taxas de juros

Com base nos dados disponíveis no Banco Bradesco, foi extraída a projeção dos indexadores CDI para um ano e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50% das debêntures.

31 de dezembro de 2024	<u>Variã o</u>	<u>Cenário Provável</u>	<u>Sensibilidade</u>		
	2024	2025	Provável	D - 25%	D - 50%
Risco de aumento das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,77%	14,83%	3,06%	3,83%	4,59%
Risco de redução do ativo e passivo			<u>Sensibilidade</u>		
	Índices	2024	Provável	D-25%	D - 50%

Raios de São Francisco VI Energias Renováveis SA

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Aplicações financeiras	611	19	23	28
------------------------	-----	----	----	----

31 de dezembro de 2023	Variacã o	Cenário Provável	Sensibilidade		
	2023	2024	Provável	D - 25%	D - 50%

Risco de aumento das taxas, juros e índices - CDI (a)	11,87%	9,15%	-2,72%	-3,40%	-4,08%
---	--------	-------	--------	--------	--------

Risco de redução do ativo e passivo	Índices	2023	Sensibilidade		
			Provável	D-25%	D - 50%

Aplicações financeiras	80	1	1	2
------------------------	----	---	---	---

(a) Certificado de Depósitos Interbancários (CDI) – fonte - Bradesco Longo Prazo.

c. Risco de crédito

É o risco de o Companhia incorrer em perdas financeiras caso uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente de instrumentos financeiros do Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito.

	Nota	2024	2023 (não auditado)
		Contábil Nível 2	Contábil Nível 2
Ativo			
Aplicações financeiras	5	611	80
Outras contas a receber com partes relacionadas		769	164
Total		1.380	244

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que o Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem do Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação do Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31 de dezembro de 2024

Fluxo de caixa contratuais

	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	2	2	2	-	-
Contas a pagar com partes relacionadas	110	110	-	110	-
	112	112	2	110	-

31 de dezembro de 2023

Fluxo de caixa contratuais

	Valor contábil	Total	3 meses ou menos	3-12 meses	Acima de 12 meses
Fornecedores e outras contas pagar	18	18	18	-	-
	18	18	18	-	-

16. Provisão para perdas em processos administrativos e judiciais

A Companhia não foi parte em processos administrativos e judiciais oriundos do curso normal de suas operações. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos externos, a Administração não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão de contingência no passivo ou de divulgação em nota explicativa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.